

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.613 - RJ (2019/0294908-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS S.A.
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A
ADVOGADOS : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553
ANDREA SUELY VASQUEZ VALADAO - DF013445
ANNA LUIZA PESSOA BRANDAO - DF035216
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DA 51A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : ELISABETE WAGNER SIMAS

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por **GOL LINHAS AÉREAS S.A.** e **OUTRO**, envolvendo o **Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ**, no qual se processa a recuperação/falência do GRUPO VARIG, arrematado em parte pelas suscitantes, e o **Juízo da 51ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP**, onde tramita Reclamação Trabalhista movida por Elisabete Wagner Simas (Processo nº 02683001720085020051).

Em síntese, sustentam as suscitantes que o Juízo Laboral, nos autos da referida reclamação trabalhista, está lhes atribuindo responsabilidade por obrigações do GRUPO VARIG, embora exista decisão do Juízo de Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro declarando não ter havido sucessão empresarial na hipótese.

Alegando que já foram determinados atos constritivos nos autos da demanda trabalhista, com iminência da liberação dos valores arrecadados, requerem que o presente incidente seja decidido de plano, definindo-se desde logo, o juízo competente para emanar as ordens executórias.

Sucessivamente, pugnam pela concessão de liminar visando a suspensão da aludida reclamação trabalhista, com designação de um dos juízos suscitados para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

No mérito, as insurgentes pugnam pelo conhecimento do presente incidente, para que seja reconhecida, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a competência do Juízo Universal, bem como para que sejam anuladas todas as decisões proferidas pelo juízo reputado incompetente.

É o relatório.

Decide-se.

O pedido liminar comporta parcial acolhimento.

Superior Tribunal de Justiça

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o conhecimento e processamento do presente conflito, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o Juízo Universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações individuais propostas em face da Varig S/A e das suscitantes (arrematantes da "Unidade Produtiva Varig" - UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei nº 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

A propósito, vale trazer à lume o seguinte julgado, cujo teor revela identidade com a espécie ora em apreço:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DE DIREITO DE VARA EMPRESARIAL. JUÍZO FEDERAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ALÇADA DA SEGUNDA SEÇÃO. ART. 9º, § 2º, IX, DO RISTJ. NULIDADE DE DECISÃO DO RELATOR. ARGUIÇÃO IMPRÓPRIA E DESCABIDA. ALIENAÇÃO DE UNIDADE PRODUTIVA, VIA LEILÃO JUDICIAL, NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO. AUSÊNCIA DE SUCESSÃO DO ARREMATANTE. ARTS. 60 E 141 DA LEI N. 11.101/2005. CONSTITUCIONALIDADE PROCLAMADA PELO STF (ADI N. 3.934-2/DF). CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA EMPRESARIAL.

(...) 3. O juízo responsável pela recuperação judicial detém a competência para dirimir todas as questões relacionadas, direta ou indiretamente, com tal procedimento, inclusive aquelas que digam respeito à alienação judicial conjunta ou separada de ativos da empresa recuperanda, diante do que prescrevem os arts. 6º, caput e § 2º, 47, 59 e 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005.

4. Como consectário lógico e direto dos pressupostos e alcance da Lei de Recuperação de Empresas e Falência, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADI n. 3.934-2/DF, proclamou a constitucionalidade dos arts. 60 e 141 da referida lei.

5. Decidido anteriormente pelo Juízo de Direito, nos autos da recuperação judicial, que o adquirente de unidade produtiva via alienação naquele processo não responderia pelas obrigações do devedor (art. 60, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005), tal deliberação sobrepõe-se a qualquer decisão sobre a matéria advinda de juízos diversos, sob pena de inibição do propósito tutelar e da operacionalidade do mencionado diploma legal.

6. Agravo regimental provido.

(AgRg no CC 112.638/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2011, DJe 19/08/2011, grifado)

Superior Tribunal de Justiça

No mesmo norte, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EXECUÇÃO TRABALHISTA - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. **O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.**

2. Competência do Juízo da Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimentos das execuções trabalhistas.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 121.276/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 08/02/2017, grifado)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA ARREMATANTE DA UNIDADE PRODUTIVA DA VARIG S/A EM FACE DE JUÍZOS DO TRABALHO E JUÍZO FALIMENTAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.

2. **O Juízo universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações trabalhistas propostas em face da Varig S/A e da VRG Linhas Aéreas S/A (arrematante da UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei n.º 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.**

3. Competência do Juízo da Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, para o prosseguimentos das execuções trabalhistas.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 145.890/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2016, DJe 16/08/2016, grifado)

E ainda, na mesma linha de inteligência: AgRg no CC 95385/RJ, Rel. Min. **João Otávio de Noronha**, Segunda Seção, julgado em 10/08/2011, DJe 19/08/2011; AgRg no CC 106743/RJ, Rel. Min. **João Otávio de Noronha**, Segunda Seção, julgado em 10/08/2011, DJe 19/08/2011; CC 61.272/RJ, Rel. Min. **Ari Pargendler**, Segunda Seção, julgado em 25/04/2007, DJ 25/06/2007, p. 213.

Diante da jurisprudência acima colacionada e da documentação acostada à inicial, em especial a decisão cuja cópia se encontra às fls. 158/166 (e-STJ), sobressai, ao menos em juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado** pelas suscitantes. Por sua vez, o **perigo de dano** se afigura presente diante dos demais documentos juntados aos autos, que indicam determinações constritivas direcionadas ao

Superior Tribunal de Justiça

patrimônio das referidas empresas.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, *caput*, do CPC/2015, c/c Súmula 568/STJ, **defiro em parte** o pedido liminar para sobrestar quaisquer determinações constritivas/expropriatórias do Juízo da **51ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP** que afetem o patrimônio das empresas suscitantes nos autos do Processo nº 02683001720085020051, e designo o r. **Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ** para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos juízos em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações pormenorizadas (art. 954 do CPC/2015).

Após, ao Ministério Público Federal, para parecer.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator